

RESENHAS

O Liberalismo – antigo e moderno, de José Guilherme Merquior, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 260 pp.
por Celso Lafer

Liberalism - old and new (Boston, Twayne, 1991), que agora está disponível em língua portuguesa, com a chancela da Editora Nova Fronteira, é o último livro que José Guilherme Merquior escreveu e pessoalmente acompanhou na sua feitura, antes de falecer em janeiro de 1991. Nesta breve nota de apreciação, que tem também o sentido de uma homenagem, é meu desejo dizer para um público da área das ciências sociais por que considero esta obra de José Guilherme a mais equilibrada e madura de sua fecunda e instigante trajetória intelectual.

Antecipo o meu juízo, que vou buscar substanciar nesta nota em poucas palavras, observando que neste *livro virtú e fortuna* encontraram-se, dando a José Guilherme oportunidade de, em função do tema, harmonizar os seus múltiplos talentos e com alto senso de proporção combinar sua competência analítica, sua capacidade de síntese e sua argúcia crítica - todas servidas por uma excepcional e sedimentada erudição - num texto elaborado que fez justiça à multiplicidade de suas virtudes e ao vigor do seu intelecto.

Começo pela relação entre tema e autor. O liberalismo, como se sabe, é pluralista desde as suas origens. Caracteriza-se pela multiplicidade de seus clássicos e pela variedade de suas distintas elaborações, que respondem a problemas colocados por contextos sócio-político-culturais heterogêneos no tempo e no espaço. Por esse motivo tem vertentes econômicas, políticas, jurídicas e culturais muito variadas nos seus propósitos, razão pela qual convém falar em liberalismos no plural e não em liberalismo no singular.

Com efeito, se o liberalismo, como o próprio nome indica, tem como aspiração unificadora a liberdade, esta não é uma, mas múltipla, como mostra José Guilherme desde o início do seu livro, ao discutir, no primeiro capítulo, definições e pontos de partida. Ora - e este é o meu argumento - só uma erudição abrangente - que dominava a linguagem da política, da filosofia, da literatura, do direito e da economia - e à vontade em múltiplas tradições culturais, como foi a que singularizou José Guilherme; poderia lidar com o senso de complexidade inerente ao liberalismo, sem incidir em reducionismos. Por isso pôde escrever um livro que escapa da estreita bitola convencional daqueles que tratam o liberalismo apenas como uma criação anglo-saxã com os usuais ingredientes franceses dados por autores como Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville, ignorando que o *corpus* da doutrina liberal abrange também os temperos dados por Croce e Einaudi, Jellineck e Kelsen, Sarmiento, Herzen e Ortega y Gasset. Daí a multifacetada competência analítica que permeia a tessitura desse livro.

É o José Guilherme crítico literário e historiador da literatura que sublinha que uma das dimensões da liberdade, contempladas pela doutrina liberal, é a vocação goethiana, que von Humboldt articulou, da liberdade como *bildung* - como auto-realização da pessoa. Por isso, liberalismo e romantismo têm em comum a valorização do indivíduo, que foi o que levou à afirmação de Victor Hugo, evocada por José Guilherme: “o romantismo é o liberalismo na literatura”.

É o José Guilherme que manejava os códigos das diversas disciplinas das ciências humanas em múltiplas tradições culturais, e que tinha o sentido das diferenças, que identificou porque, no século XIX, os liberais ingleses foram basicamente economistas, epistemólogos e filósofos da moral; os franceses, historiadores e analistas políticos; os alemães, juristas, realçando assim as causas da rica diversidade conceitual do liberalismo clássico.

É o José Guilherme, estudioso da política comparada, que explica porque, nos Estados Unidos, a dimensão continental, a diversidade e a economia exigiram uma reelaboração da tradição republicana dos pequenos estados, para contemplar o bem das partes componentes do todo e ensejar a construção de instituições adequadas para a morai de uma sociedade comercial.

É o José Guilherme historiador das idéias e escritor de talento que traçou, nesse livro, perfis intelectuais tão interessantes e explicitou em poucas palavras, sempre ‘aquém do jargão’ e ‘além do chavão’, o essencial. Por exemplo: de que maneira Montesquieu, com a sua percepção sociológica do direito e da política, deu à tradição contratualista uma profundidade analítica de que ela carecia, ou como Adam Smith, ao associar os problemas do direito natural aos da teoria do desenvolvimento, através de uma nova economia política, enunciou a profundidade sócio-econômica do tema ‘iluminista’ do progresso; ou, ainda, como a doutrina liberal incorporou, com Mazzini, os ingredientes do nacionalismo e da juventude; com Herzen, a visão libertária; e com Sarmiento e Alberdi, a dimensão da construção do estado-nação.

A vocação analítica pode levar, na sua arguta garimpagem, à dispersão centrífuga. Não era isso o que ocorria com José Guilherme, que no seu percurso intelectual sempre a associou a uma fulgurante e centrípeta capacidade de síntese. Neste livro, estas duas grandes virtudes intelectuais mesclaram-se, com muito equilíbrio, na trama de sua redação, que assim oferece, ao seu leitor, a percepção tanto das árvores quanto da floresta da doutrina liberal.

Na identificação dos contornos da floresta, José Guilherme mostrou como o protoliberalismo que deita suas origens na reforma protestante, no jusnaturalismo contratualista, na Ilustração, preparou a agenda do liberalismo clássico, dominada pelos temas dos direitos naturais, da economia de mercado, do republicanismo cívico, do utilitarismo, do evolucionismo histórico e da sociologia histórica. Mostra, também, que se hoje a linguagem do neoliberalismo é o *liberismo* da economia de mercado, para usar a terminologia de Croce, e do qual são expoentes teóricos

autores como von Mises e von Hayck, cuja relevância ele sublinha, o liberalismo a isto não se reduz. Fala, também, desde o segundo pós-guerra, os idiomas da crítica de Popper ao historicismo determinista; do protesto anti-totalitário de Orwell e Camus; da ética do pluralismo de Isaiah Berlin; da sociologia histórica de Raymond Aron; do radicalismo liberal de Dahrendorf, ao que a década de 1970 acrescentou a linguagem dos direitos e do contrato social de Rawls, Nozick e Bobbio. Destaco, quanto a este último, a importância da contribuição que deu - muito bem apontada por José Guilherme - ao vínculo que une o liberalismo à democracia, quando o gosto da igualdade está associado ao sentido do papel das instituições.

A tradição da razão como instrumento de uma visão crítica não conformista à qual José Guilherme estava filiado - pois afirmou o antiformalismo contra o formalismo, a racionalidade contra o irracionalismo e a modernidade contra o imobilismo da tradição - pode levar a leituras de obras, autores e períodos que ora são mais 'a favor' e ora são mais 'contra'. No percurso de José Guilherme, a dimensão do 'contra' prepondera nos livros que antecedem *Liberalism - old and new*, como é o caso de *O marxismo ocidental, De Praga a Paris - uma crítica ao pensamento estruturalista e pós-estruturalista* e *Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra*. Esta dimensão 'contra' prepara, para assim dizer, a dimensão 'a favor' que permeia este seu último livro. Isto não significa que *Liberalism - old and new* não seja, medularmente, um livro dentro da melhor tradição crítica. Ele o é, tanto que José Guilherme mostrou, com infinita acuidade, como existem liberalismos de harmonia e de dissonância; liberalismos conservadores e de inovação. Esta crítica, no entanto, é construtiva, pois exprime a sua visão madura das coisas e do mundo, uma vez que o pluralismo um tanto centrífugo da doutrina liberal - como já tive a oportunidade de observar - ajustou-se à multiplicidade dos seus interesses, dando consistência aos temas recorrentes de seu excepcional percurso intelectual.

Por esse motivo, *Liberalism - old and new* é o livro de sua ilustrada maturidade intelectual. Se o liberalismo, como lembra Ortega, numa frase citada logo no início do primeiro capítulo, é uma forma superior de generosidade porque é - assim interpreto a frase orteguiana - a capacidade de reconhecer e respeitar o Outro, eu concluiria apontando que este livro é a grande expressão da generosidade intelectual de José Guilherme Merquior. Nele, com toda lealdade, teve, à maneira de Stuart Mill, por ele qualificado em justo perfil como um 'santo libertário', a 'calma para ver e a honestidade para informar' o que os liberais, no trato da modernidade, realmente são, nos seus acertos e desacertos.

Celso Lafer é professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

CUT: os militantes e a ideologia, de Leôncio Martins Rodrigues. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
por *Federico G. Neiburg*

As lutas sociais que se desenvolveram no processo de transição para a democracia deixaram múltiplas marcas na sociedade brasileira. No campo sindical, destaca-se uma presença nova: a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sem dúvida, um dos maiores méritos do livro de Leôncio Martins Rodrigues é o de ser o primeiro trabalho que, partindo de uma óptica acadêmica e contando com um importante volume de informação, se propõe a começar uma problematização dos principais traços constitutivos dessa organização, assim como de seu processo de formação.

À própria Executiva Nacional da central sindical se deve o mérito da iniciativa da pesquisa que serve de base ao livro. Interessada em conhecer o perfil dos participantes de seu terceiro congresso nacional (III Concut), efetuado em novembro de 1988 em Belo Horizonte, ela encomendou a uma equipe dirigida por Leôncio Martins Rodrigues a aplicação de um questionário aos delegados, cujos resultados formam o verdadeiro núcleo de CUT: *os militantes e a ideologia*.

São três os objetivos principais do livro: desenhar uma breve história da central, apontando alguns elementos que, por meio de comparações, permitam destacar os traços principais e o significado do III Concut; analisar algumas características sociais dos delegados e dos membros dos organismos dirigentes surgidos do III Concut, bem como das entidades de origem dos participantes; examinar as teses apresentadas ao congresso, para estudar a lógica dos enfrentamentos, entre as diversas tendências políticas e sindicais ali presentes.

O principal problema da obra, no entanto, é o desequilíbrio entre as suas partes, motivado tanto pela variedade do material utilizado; quanto pela relação entre as possibilidades de construção impostas pelos limites da própria pesquisa e as preocupações maiores do autor: como entender a coexistência de duas tendências contraditórias dentro da CUT, uma 'reformista', que propõe um programa de caráter mais estritamente 'trabalhista', e outra 'radical', que promove um programa de agitação política e que procura se servir da central operária como 'instrumento pedagógico', ou 'propagandístico', de um programa socialista? Qual é o verdadeiro alcance das contradições entre ambas as tendências? São elas excludentes, ou a sua convivência, pelo contrário, nos permite compreender um dos traços constitutivos da CUT, a sua identidade como uma organização sindical 'diferente' das outras? Como se produz e se processa a conciliação entre uma retórica fortemente ideologizada - promovida pelos grupos 'radicais' - e as necessidades da atividade sindical cotidiana, da procura de benefícios para as bases em negociações com organizações patronais - que, aparentemente, seria mais coerente com as aspirações dos setores 'reformistas'?

Segundo Martins Rodrigues, no nascimento da CUT inscrevem-se dois *paradoxos* que constituem um traço da sua própria identidade e de cuja solução depende seu futuro como principal central sindical do país: de um lado, trata-se de uma organização constituída em boa medida sobre a base dos movimentos de oposição aos sindicatos oficiais, mas que acaba permanecendo dentro dessa mesma estrutura oficial, aceitando o caráter corporativo do sindicalismo brasileiro. De outro lado, e apesar da retórica radical e da pretensão contestatária, a própria existência da CUT - como a

de toda prática sindical - depende, segundo o autor, da sua capacidade de aceitar a função que lhe corresponde dentro do sistema que diz combater: a de negociar com força diante dos patrões, mas sem pôr em risco a continuidade do próprio sistema (segundo a tese central do segundo ensaio do seu livro anterior, *Partidos e sindicatos*, editado pela Ática em 1990).

Desde as primeiras páginas, Martins Rodrigues esclarece que não se trata de uma história da CUT, mas de um trabalho centrado no III Concut, o qual, porém, obriga o autor a fazer referências ao passado. Esta confissão da 'superficialidade' inicial no tratamento da história da organização visa a justificar uma exposição das linhas gerais do processo de formação da CUT quase exclusivamente em função da sucessão de reuniões e congressos.

Martins Rodrigues começa com a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, efetuada em agosto de 1981 em Praia Grande (SP); depois, passa pela formação da Comissão Nacional Pró-CUT que, em agosto de 1983, realiza o primeiro Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), no qual se decidiu pela criação da Central Única dos Trabalhadores e, ao mesmo tempo, sancionou-se a divisão do grupo original, do qual se separaram aqueles que, três anos depois, formaram a CGT; e termina referindo-se aos dois primeiros congressos da CUT (I e II Concut), efetuados em 1986 e 1988.

Martins Rodrigues preocupa-se em ressaltar um elemento presente em todas essas reuniões e congressos e que se repete no III Concut, marcando seu 'clima censo' e 'fortemente politizado': o debate entre aqueles que propõem a formação de uma central sindical voltada para a área trabalhista (a tendência majoritária) e aqueles que propõem uma central de natureza mais política do que sindical (a oposição). Com razão, o autor observa o caráter de certo modo 'artificial' do enfrentamento, pois as duas propostas procuram se realizar dentro da estrutura sindical que proclamam combater, o que resulta num reforço do corporativismo (pp. 25-26).

A parte mais rica desse primeiro capítulo é, contudo, a dedicada às comparações entre os três congressos. Pode-se ver ali o crescimento do peso dos delegados das diretorias, em detrimento dos delegados das bases (processo que é visto pelo autor como indicativo de uma 'institucionalização' da CUT). Também se pode ver a gradual consolidação de uma organização sindical apoiada num tripé: (a) uma forte e estável representação das entidades de trabalhadores rurais (pouco mais do 30%); (b) uma proporção crescente de sindicatos das 'classes médias' (serviços, funcionalismo público etc.), que passa de 30% das entidades no I Concut a mais de 40% no III Concut; e (c) uma importante proporção de entidades do setor industrial (20,1% no III Concut).

Do meu ponto de vista, o livro não consegue superar uma certa desigualdade no tratamento de cada um desses setores constitutivos da central. Na medida em que o autor dedica boa parte da obra a considerações específicas sobre os sindicatos de classe média e de trabalhadores industriais, surpreende a pouca atenção concedida às entidades de trabalhadores rurais (tanto o seu papel na formação da CUT, quanto as relações entre a CUT e os sindicatos e confederações de trabalhadores rurais).

Aos sindicatos de 'classe média' consagra-se especial atenção em dois sentidos: primeiro, em virtude de seu notável crescimento dentro da CUT, explicado por uma combinação de processos que vão desde o declínio dos setores médios na sociedade, passando pelo 'assalariamento' de profissionais antes autônomos e a ampliação do setor público, até o processo - mais especificamente brasileiro - referido à atividade dos sindicatos de classe média na luta contra a ditadura militar (pp. 43-50). As conseqüências que o autor extrai deste último processo alimentam uma segunda preocupação e servem de base a uma das várias hipóteses sugeridas ao longo do livro para dar conta da forte 'ideologização' da CUT: o sindicalismo de classe média 'nasceu politizado' e, por essa razão, constitui um ambiente propício para o enraizamento das tendências 'radicais', cujo peso dentro da CUT vem sendo reforçado pela própria expansão do setor e potencializado pelo aumento constante de greves - chegando, em 1987, a superar as deflagradas no setor industrial (pp. SQ-53). Esta importante hipótese requereria, a meu ver, maior trabalho de sustentação. O próprio material apresentado por Martins Rodrigues oferece, talvez, uma das vias para se começar a fazê-lo, ao permitir um confronto entre o conteúdo de cada uma das teses levadas ao III Concut e os grupos profissionais a partir dos quais elas são apresentadas: as teses 'radicais' surgem, efetivamente, das entidades de 'classe média'? Que relação há entre o conteúdo dessas teses 'radicais' e aquelas entidades?

No que diz respeito aos trabalhadores industriais, Martins Rodrigues constata seu forte peso na composição das executivas nacionais: entre 1983 e 1986, é o único setor cuja representação não sofreu alterações (conservando oito membros), enquanto a representação dos trabalhadores rurais caiu (de quatro para três), aumentando a dos sindicatos de classe média (de três para nove). Na análise da composição da Executiva Nacional, o autor observa, adequadamente, que o peso dos trabalhadores industriais não deriva só do número de membros mas, fundamentalmente, da sua permanência. Analisando a rotatividade na executiva, identifica dois grupos de membros: um que variou e outro que permaneceu. Dentro deste último - que constitui o 'núcleo de poder', ocupando as posições mais importantes no interior da executiva - é constante a presença de representantes de sindicatos industriais, fundamentalmente metalúrgicos.

Esta observação nos permite voltar ao que, a meu ver, constitui um dos aspectos centrais da obra: o perfil dos delegados do III Concut. Martins Rodrigues oferece grande variedade de informação, incluindo quadros sobre idade, escolaridade, tempo de militância, categoria ocupacional e posição dos delegados nas entidades. Dessa leitura surge uma série de correlações. Foi 'um congresso de militantes jovens' (embora com distribuição heterogênea segundo as distintas categorias ocupacionais, a idade dos participantes esteve abaixo da média do eleitorado brasileiro), no qual participaram muitos delegados com pouco tempo de militância. Mas, acima de tudo, como aponta o autor, foi um congresso socialmente dividido entre um pólo de delegados saídos das faixas sociais baixas e outro pólo de originários da classe média. O primeiro pólo tem menor proporção de delegados pertencentes às diretorias sindicais. A ele correspondem os delegados com menor nível de escolaridade e menor

tempo de militância. São os delegados das faixas ocupacionais ‘baixas’: trabalhadores rurais e braçais (34,9%) e industriais de baixa qualificação (3,4%). O outro pólo está composto por delegados menos jovens, com mais tempo de militância, com nível de escolaridade sensivelmente mais elevado e oriundos em maior medida das diretorias sindicais. São os delegados das faixas ocupacionais ‘altas’ (que aportam maior proporção de membros aos organismos de direção da CUT): operários industriais de alta qualificação (8,3%), professores dos três níveis de ensino (18,7%), trabalhadores qualificados manuais e não manuais (8,9%), profissionais de nível médio e superior e funcionários públicos (23,8%) (p. 42). Como bem assinala Martins Rodrigues, trata-se de um profundo contraste social, à luz do qual surge o ponto comum que une os heterogêneos setores representados na CUT: é uma central sindical que reúne enorme variedade de trabalhadores assalariados, conclui o autor.

A quantidade e a variedade do material oferecido no livro mereceriam comentários que excedem os limites desta resenha. No capítulo primeiro, por exemplo, se oferecem informações sobre a proporção de delegados por unidade da Federação, destacando-se a forte proporção dos delegados saídos de alguns estados menos industrializados (Bahia e Pará, por exemplo, tiveram mais representantes do que o Rio de Janeiro). A questão regional também é tratada em relação à composição da Executiva Nacional. Pode-se confirmar a forte presença de São Paulo e a fraca representação dos estados com maior proporção de delegados de origem rural. O capítulo quarto, por sua vez, traz rica informação, sobre os delegados e suas entidades. Pode-se ver que 60% dos delegados ao III Concut não tiveram participação anterior em qualquer congresso nacional (cabendo aos representantes das entidades rurais a menor taxa de participação e aos dos sindicatos metalúrgicos a maior). Pode-se ver também que a CUT tem maior influência entre os sindicatos (68,5% dos delegados), sendo muito escassa sua presença em federações e confederações (0,9%). Martins Rodrigues oferece informações também sobre as posições dos delegados nas entidades, relacionando-as com os distintos setores de atividade.

O último capítulo do livro muda radicalmente o tipo de abordagem e se dedica ao exame das tendências políticas da CUT, através da análise das teses apresentadas ao congresso (um dos seis anexos que completam a obra traz um resumo das teses). Martins Rodrigues volta ao que parece ser a sua principal preocupação: como entender a convivência de tendências políticas opostas, uma ‘radical’ e outra ‘reformista’? Que se pode esperar desta convivência? E ainda, como compreender que, além das diferenças internas, a ‘cultura política’ dominante entre as principais lideranças da CUT - refletida em seus documentos - expresse sempre um tom, ou um *ethos*, socialista? Qual é o futuro de uma organização sindical tão fortemente ‘politizada’? Muitas são as sugestões do autor em torno desses temas e, sem dúvida, são variadas também as discussões a que elas podem dar lugar.

Martins Rodrigues agrupa as teses (dezessete no total) em dois conjuntos, as ‘políticas’ (catorze) e as ‘sindicais’ (três), e identifica cada conjunto com as duas tendências ideológicas que convivem dentro da CUT. No entanto, assinala, todas as teses refletem um mesmo ‘tom’, um *ethos* socialista que é “indicativo de que a motivação básica da maior parte dos dirigentes é mais política do que sindical” (p. 87). Uma vez postulada esta caracterização - na qual, a meu ver, o autor corre o risco de simplificação, posto que se apóia em constatações do tipo de que em nenhuma das teses se tem uma “defesa explícita da democracia representativa e do pluripartidarismo” (p. 86) -, Martins Rodrigues conduz sua reflexão ao mesmo tempo por dois caminhos. Em primeiro lugar, procura explicar a persistência do *ethos* socialista através de uma conjunção de respostas: (a) a força e a importância do sindicalismo de classe média e a sua predisposição para abrigar setores ‘radicais’ (que tinha sido analisada em capítulos anteriores); (b) a variedade de setores sociais representados na CUT, que leva à necessidade de um programa amplo, capaz de contemplar os interesses de todos; um programa tão abrangente - diz o autor - só pode favorecer uma discussão ideológica fortemente carregada de política (p. 82); (c) a própria identidade da central operária, da qual, a seu ver, o *ethos* socialista é constitutivo. A retórica ideologizada que domina os documentos da CUT - carregados de palavras de ordem, mais do que de planos concretos de negociação e de luta - integram “um vasto campo de ações expressivas” destinadas a “marcar posições, provocar definições, separar campos” (p. 91). Isso, sustenta o autor, é comum nas fases iniciais das organizações sindicais que precisam afirmar-se “mais através de ações expressivas do que instrumentais” (p. 92). Neste sentido, conclui, o futuro da CUT depende do seu *aggiornamento*, de que supere essa fase inicial e aceite, com pragmatismo, o lugar que de fato ocupa - apesar de sua retórica - e que lhe corresponde dentro de um sistema social de mercado, tal como acontece com as organizações sindicais nos países desenvolvidos. A este segundo grupo de reflexões o autor dedica as ‘conclusões’ do livro.

Além de acertos e debilidades, as afirmações contidas nesta parte da obra se sustentam na existência de um problema que Martins Rodrigues vislumbra, mas não aborda com suficiente profundidade (ver, por exemplo, p. 88): a suposta contradição entre o ‘*ethos* socialista’ que domina a CUT e a prática sindical cotidiana, na qual os dirigentes devem deixar de lado suas palavras de ordem para ‘negociar’ com os patrões e conseguir ‘benefícios’ para seus representados.

Se o livro não consegue dar conta de tal problema é, sem dúvida, por causa dos limites inscritos na própria construção do seu objeto e ao peso da preocupação - legítima do ponto de vista político, embora arriscada sociologicamente - com a necessidade de *aggiornamento* da CUT.

No entanto, no próprio livro pode-se descobrir pistas que sugerem outras abordagens sobre a problemática delineada. Ao opor ‘palavra de ordem’ a ‘programas reivindicativo’ e, mais agudamente (como sugere, de passagem, na p. 11, numa das poucas ocasiões em que inclui uma observação de caráter etnográfico), ao contrastar o tempo ‘politizado’ do congresso com o tempo ‘sindicalizado’ do cotidiano da atividade sindical, Martins Rodrigues abre a possibilidade de construir outros objetos de pesquisa. A análise que propõe em *CUT: os militantes e a ideologia* se baseia, como vimos, no exame dos delegados ao congresso e das teses ali apresentadas. Permanece sempre dentro do congresso. Talvez um dos caminhos mais férteis seja sair desse ‘tempo extraordinário’ em direção ao ‘tempo cotidiano’ e, desse modo, integrar ambos numa análise que permita compreender ‘o fenômeno sindical’ na sua totalidade, considerando o momento dos congressos - as reuniões das lideranças e das facções nas quais, entre outras coisas, procura-se consagrar e legitimar os distintos discursos da organização sobre si própria - e, também, os processos

mais sutis e ‘cotidianos’, de construção e reprodução das lideranças e de produção de adesões no campo sindical.

Esta via de análise demandaria, também, uma problematização maior de uma das questões que parece ter tido forte peso no ‘debate ideológico’ do III Concut e que parece preocupar Martins Rodrigues: a própria relação entre sindicatos e política, que se manifesta na separação entre as duas esferas e que o autor subscreve na sua classificação das teses apresentadas ao congresso. Como se concilia a separação entre, de um lado, a esfera da ‘política’ e a esfera ‘sindical’ e, de outro, a efetiva relação entre o campo político e o campo sindical? Que lugar têm nestas relações as representações do que é ‘sindical’ e do que é ‘político’? Que relações há entre ‘programa trabalhista’ e ‘programa político’?

Algumas observações do autor - somadas às que se incluem em seu trabalho anterior sobre as lideranças do PT (ver *Partidos e sindicatos*) - devem estimular perguntas sobre as relações entre trajetórias sindicais e trajetórias políticas: que significado tem o fato de que, em alguns casos, as trajetórias sindicais aparecem como um passo prévio à carreira política? No contexto dessas trajetórias possíveis, que significa semelhante discussão sobre os limites entre o ‘sindical’ e o ‘político’?

Pelo que o livro de Martins Rodrigues traz em volume de informação, pelas indicações que derivam de alguns dos seus próprios limites e pelo que sugere e estimula quanto a possíveis linhas de investigação, trata-se de uma obra destinada a se transformar numa importante referência para futuras pesquisas, não só sobre a CUT, mas também sobre as organizações sindicais brasileiras em geral.

Federico G. Neiburg é doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/ UFRJ.